ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMISTAS

COLÓQUIO SOBRE "DEFESA DO PATRIMÓNIO FLORESTAL - A PROBLEMÁTICA DOS INCENDIOS NA FLORESTA"

ASPECTOS GERAIS DA VEGETAÇÃO NA SUA RELAÇÃO COM O FOGO

De

Eng. João Artur Lince de Oliveira

6 MAIO 1981

Rua da Estrela, 8 Telefones 66 15 84 - 66 15 85 1200 LISBOA

I - INTRODUÇÃO

Dispomos de razoável conhecimento sobre a divisão Zonal do território - traçada, esta, com base nas grandes linhas climáticas e na distribuição da vegetação natural ou das culturas, bem como na ocorrência de famílias ou grupos de solos.

Pensamos, no entanto, que falta a um tal tipo de divisões, uma síntese que resulte das inter-relações daqueles mesmos elementos com os valores sociológicos e socio-económicos, para que as cartas resultantes possam melhor servir como diagnóstico ecológico a integrar num planeamento para minimizar e combater os fogos florestais.

Não negamos a existência de cartas e estudos nestes sectores (que os há em termos de determinação de regiões homogeneas ou polarizadoras) mas, apenas, a colocar em evidência a falta das sínteses que, para o fim em vista, bem e completamente caracterizem cada Zona.

Acreditamos que a revolução social e econômica de após vinte e cinco de Abril, merece estudo atento e comparativo da dinamica dos processos que ocorreram, ocorrem, ou poderão ocorrer, entre os ecossistemas naturais ou culturais de características florestais e pastorís e os fenômenos sócio-econômicos.

II - PANORAMA DA DISTRIBUIÇÃO DAS AREAS FLORESTAIS NATURAIS

Portugal sofre a influência das grandes massas de ar que atravessam o Atlântico Norte, mais ou menos condicionadas pela posição relativa, ao longo do ano, do anti-ciclone dos Açores e das depressões de origem térmica do centro da Peninsula ou das depressões do Norte de África e do Mediterrâneo Ocidental.

De outro modo, consideradas as grandes linhas que o relevo define e que virão a condicionar e a serem condicionadas por aquelas influências, ressaltam:

- regiões basais ou de colinas, no litoral Oeste
- região basal Algarvia
- regiões planálticas interiores, no Centro e Norte
- a peneplanicie Alentejana
- a cordilheira que, começando no terço Sul, se dispõe em forma de L paralela a costa
- regiões de média ou alta montanha

Como resultante generalizada a todo o território da interpenetração daqueles factores, a característica mediterrânica de ausência ou quási-ausência de chuva no verão. No entanto, as influências Atlânticas (humidade atmosférica elevada, temperatura amena, fracas amplitudes térmicas), bem como as influências quási-continentais que designamos Ibéricas (macrotérmicas e microtérmicas, respectivamente no verão e no inverno) e outrossim a macrotermia mediterrânica do estio, fazem sentir-se em mistura, com maior ou menor dominancia de um ou outro polo climático.

Salvo no litoral Sul, onde a eu-mediterrania se pode parcialmente exprimir, não se encontra no País a pureza das restantes influências. Pode, porém, afirmar-se que a Noroeste há predomínio da atlanticidade mas que esta diminue, rápidamente, no sentido do

interior e, suavemente, no sentido Sul e que a Nordeste e Este predomina a Ibericidade - seja uma continentalidade atenuada - que se esbate para o litoral, onde as amplitudes térmicas são menores.

As nossas espécies arbóreas de grande longevidade distribuiram-se, acantonam-se e têm o seu domínio e possibilidade de expansão em regiões às quais se adaptaram e das quais podem servir como identificadoras ou indicadoras. É assim que poderemos apontar as grandes regiões:

- do <u>Quercus robur</u>
  noroeste litoral, húmido e pluvioso, de temperaturas amenas; com um a dois meses secos.
  Apenas pequenos núcleos de floresta natural- protegidos porque se encontram no Parque da Peneda-Gerez.

- do <u>Quercus pyrenaica</u>
  interior, Centro e Norte. Pluviosidade média / alta; grandes amplitudes térmicas; com dois a tres meses secos.
  Vários núcleos em que esta espécie domina mas em formações florestais defeituosas; recuperação de povoamentos a partir do rebentamento de touças.

- <u>Quercus fagineae</u>
  Centro litoral. Pluviosidade média, fracas amplitudes térmicas; com dois a tres meses secos.
  Alguns pequenos núcleos que mereciam proteção eficiente.

- do <u>Quercus suber</u>
  A grande área de expansão do sobreiro é a Sul do Tejo, na porção correspondente ao terço do território mais chegado ao litoral. Pluviosidade superior a seiscentos e cinquenta milimetros; temperatura média da ordem dos quinze a dezasseis graus; com quatro meses secos.

- do <u>Quercus ilex</u>
  interior Sul. Pluviosidade inferior a seiscentos milimetros; temperaturas próximas dos dezasseis graus ou superiores; com cinco a seis meses secos.
- da mistura Sobro e Azinho
  o terço central Sul gosa de características intermédias às duas grandes regiões antes apontadas ocorrendo aquelas duas espécies quer em mistura, quer em núcleos distintos, dependentes de características hídricas do solo favorecendo um ou outro.
- de altas montanhas
  onde as formações de zimbro anão alternam com as pastagens naturais de <u>Nardus stricta</u>.
- discordâncias
  não deve deixar-se de referir um escalonamento similar ao que apresentamos e relacionado com o binómio temperatura-humidade ocorrendo nos vales das redes hidrográficas principais.

III - DISTRIBUIÇÃO DA FLORESTA PRODUTORA

Com uma taxa de arborização de 31%, dispomos de dois milhões e meio hectares de areas florestais de que cerca de 10,5% pertencem a autarquias ou formas comunais; 2,5% pertencem ao Estado e

87% a cerca de 397500 proprietários privados. De entre estes 95% são detentores de áreas menores que 20 hectares e representando uma larguissima maioria de areas inferiores a 2 hectares.

O pinheiro bravo e o eucalipto, com 44% e 8%, respectivamente, da área florestal total, são as espécies principais na produção de lenho. A maior ocorrência dos povoamentos verifica-se nas regiões litorais, ainda que, na porção central, entre os rios Tejo e Douro, haja uma grande penetrabilidade no sentido do interior.

O Sobro e o Azinho, ocupando cerca de 22% e 18%, respectivamente, da área florestal, têm sua principal ocorrência nas Grandes Rigiões anteriormente definidas. Se o primeiro tem grande importância económica pela exploração da cortiça, com um contributo valioso para a balança de pagamentos, já o segundo sofre um subido desinteresse, na exploração directa, em função da quebra de rendibilidade da exploração porcina em montanheira.

Nas últimas décadas, pesem embora as afirmações de grandes superfícies plantadas ou semeadas pelo Estado e de espectacular aumento dos eucaliptais, pelos particulares e pelas empresas de celulose, o certo é que esta última realidade não constitue conquista apreciável de novas áreas para a floresta mas, sim, caracterizandose, principalmente, pela substituição de outras essencias ou pela penetração noutros povoamentos, nomeadamente à custa do pinheiro bravo e do sobreiro. Por outro lado, a obra de arborização do Estado nem sequer torna positivo o balancete "arborização-destruição pelo fogo"... vale-nos a grande ajuda que a regeneração natural, nos pinhais ardidos, vai dando. Como afirmou um nosso colega: - se apenas somassemos as áreas que oficialmente, todos os anos, se apontam... estariamos a arborizar em mais de metade da Espanha.

Os trabalhos do Inventário Florestal e as cartas publicadas pelo S.R.O.A. são auxiliares valiosos na análise da distribuição das florestas e, por certo, outros colegas abordarão o problema mais completamente.

IV - POTENCIALIDADE FLORESTAL

Se tivessemos como certo uma perfeita organização do espaço territorial e um subsequente ordenamento biofísico, definindo os grandes domínios de utilização, fácil seria apontar, para as diferentes zonas ecológicas, um cortejo de espécies que, no ponto de vista de climas e solos análogos, ali encontrariam condições de vida servindo os padrões culturais a estabelecer numa utilização racional do solo e de acordo com as necessidades e interesses reais dos povos.

Na realidade, a superfície agrícola actual é quási sessenta por cento da superfície territorial, cabendo à floresta cerca de vinte cinco por cento, quando as previsões mais optimistas, e à custa de razoável tecnologia, atribuem à agricultura racionalizada um terço da superfície produtiva, cabendo à floresta os restantes dois terços.

Teriamos, assim, um panorama de oito milhões de hectares em superfície utilizável: sendo dois e meio milhões para agricultura; quatro milhões para floresta produtiva; um milhão para floresta de proteção e recreio; meio milhão para uso misto "proteção-recreio-produção". Teriamos, ao fim e ao cabo, sobretudo, a possibilidade de estabelecer os padrões culturais para, também, minimizar o fogo florestal.

V - PROBLEMÁTICA DOS FOGOS NAS GRANDES REGIÕES ECOLÓGICAS

Relativamente às Grandes Regiões ecológicas a problemática dos fogos florestais preocupa-nos, principalmente, quando resolve a questão da secura atmosférica e da maior ou menor probabilidade de ocorrência por largos períodos - ao ponto de permitir hierarquizar tais valores por zona ecológica.

Não é tanto a existência ou possibilidade de espécies folhosas do climax correspondente a cada zona ecológica que fornecerão, no seu escalonamento, o índice de maior ou menor risco de incendio; nem será o conhecimento do cortejo de exóticas que em qualquer situação possa ter lugar, que definirá o factor de fisco.

A abordagem de uma planificação que contrarie os incêndios florestais deve efectuar-se a dois níveis: - um, em relação à floresta existente, que prioritáriamente, definidas as classes de risco, procurará o estabelecimento das infra-estruturas tradicionais imprescindíveis; outro, será o questionar como deve planear-se a arborização por forma a minimizar, simultaneamente, os prejuizos dos fogos e o custo das infra-estruturas tradicionais.

Para resolução, cremos faltarem: uma carta de probabilidades de incêndio, relativamente fácil de preparar, e os índices de perigo, conforme

- a composição do coberto florestal e respectiva densidade
- a relação floresta-matos
- a relação floresta-pastoreio
- a relação floresta-ambiência sócio-económica

Pensamos que será necessária uma avaliação da ordem de combustibilidade de todas as espécies a utilizar - matos, inclusive - - que complete o pragmatismo que o florestal português recebeu por experiência, que não deixa de ser importante, mas pouco mais dá para além do simplismo de colocar em primeiro lugar as resinosas e em seguida as folhosas e de entre aquelas, ainda, primeiro os pinheiros e depois as outras.

Não poderemos esquecer que é nos matos heliófilos que se encontram as espécies mais altamente combustiveis e que estas são pioneiras de largo espectro de ocorrência, não condizentes com a zonagem climácica. Bastará um coberto deficiente, demasiado claro, para que aqueles se instalem, facilitem o fogo, mesmo em zonas de mais alta humidade.

Em França e Italia estão em curso estudos relativos a matos de fraca ou nula combustibilidade tendo em vista a sua utilização como complemento da floresta por forma a obviar a propagação do fogo. Poderemos seguir tais estudos que fazem parte de um projecto da UNESCO (MAB) e obter elementos que sirvam nossos objetivos.